



**Paulo M. Costa**  
Notário

Folha \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



A signatária *Certifica* que:

- Um** - A Fotocópia apensa a esta certidão está conforme com o original.
- Dois** - Foi extraída, neste cartório, da escritura exarada de folhas **quarenta e nove a folhas cinquenta e duas** do livro de notas para escrituras diversas número **setenta e sete-A**.
- Três** - O documento anexo ocupa **quatro** folhas, a última sem escrita no verso.
- Quatro** - Agora, incluindo esta, o presente documento soma **cinco** folhas, e estão numeradas e por ela signatária rubricadas.
- Barcelos e Cartório Notarial, nove de Maio de dois mil e catorze.

A Colaboradora registada na O.N. sob o n.º 278/1  
**(Elsa Maria Carvalho Oliveira)**

No uso da autorização dada pelo Notário Paulo M. Costa, membro da ON n.º 278, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 8.º do Estatuto do Notariado, registada na Ordem dos Notários sob o n.º 278/1, disponível em [www.notarios.pt](http://www.notarios.pt)

Documento registado sob o número **46** e cuja respetiva factura se encontra paga.

A execução podem servir de base os documentos exarados ou autenticados, por notário ...  
Alínea b) do n.º 1 do art.º 703 do CPC

Os documentos elaborados por notário gozam de fé pública  
(Art.º 1.º, n.º 1, do Estatuto do Notariado)

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA

“Associação de Futebol Popular de Barcelos”

\_\_\_\_\_ No dia nove de Maio de dois mil e catorze, perante mim, Licenciado *Paulo Manuel da Silva da Costa*, Notário, nas instalações do meu cartório na Av. D. Nuno Álvares Pereira, n.º 25, 1.º, na cidade de Barcelos, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - **Carlos Figueiredo Pereira**, casado, natural da freguesia de Vilar do Monte, onde reside na Rua da Igreja, n.º 225, portador do cartão de cidadão número 06670533 9ZZ5, válido até 23/12/2016, emitido pela República Portuguesa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - **Domingos Alberto Barbosa Pereira**, casado, natural da freguesia de Aborim, onde reside na Rua Arlindo Alves Martins, n.º 131, portador do cartão de cidadão número 05958664 8ZY0, válido até 10/04/2018, emitido pela República Portuguesa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - **Paulo Ricardo Sá Varzim Miranda**, casado, natural da freguesia de Cristelo, residente na Rua Combatentes do Ultramar, freguesia de Lijó, concelho de Barcelos, portador do cartão de cidadão número 12764752 0ZZ1, válido até 08/05/2016, emitido pela República Portuguesa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - **Davide Ângelo Real Tomé**, divorciado, natural da freguesia de Carapeços, onde reside na Rua da Igreja, n.º 29, portador do cartão de cidadão número 05815177 0ZZ7, válido até 13/12/2016, emitido pela República Portuguesa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - **Manuel Alves da Silva**, casado, natural da freguesia de Manhente, onde reside na Rua Vinha Nova, n.º 66, portador do bilhete de identidade número 3616507, emitido em 18/11/2003, pelos SIC, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que outorgam, respectivamente, na qualidade de Presidente, Vice – Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal da Direcção e em representação da “**Associação de Futebol Popular de Barcelos**”, pessoa colectiva número **504945874**, com sede no Centro Comercial Bolívar, Loja 41, freguesia de Arcozelo, concelho de Barcelos, constituída por escritura outorgada no dia treze de Novembro de dois mil, no extinto Segundo Cartório Notarial de Barcelos, exarada a folhas três do livro de notas para escrituras diversas número quinhentos e noventa e três-D, cujos estatutos foram entretanto alterados por escritura também aqui perante mim outorgada no dia dezanove de Dezembro de dois mil e doze. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Verifiquei:** a) A **identificação** dos outorgantes por exibição dos seus referidos documentos de identificação; b) A **qualidade** em que intervêm e a **suficiência de poderes**, através dos ditos estatutos e do Termo de Posse dos actuais membros dos vários órgãos, ocorrida no dia um de agosto de dois mil e treze, e da deliberação tomada em reunião da assembleia-geral, no dia trinta e um de janeiro do corrente ano, a que respeita a acta lavrada a folhas vinte e oito do respectivo livro, de que se arquivam públicas-forma. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **E DECLARARAM OS OUTORGANTES:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que na predita reunião de trinta e um de janeiro, por unanimidade, foi deliberado alterar a sede da associação para o **Estádio Cidade de Barcelos, Centro Empresarial de Barcelos, Rua do Faial (Código Postal: 4750-783 – Barcelos), freguesia de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)**, modificando em conformidade o número três do artigo primeiro dos estatutos da associação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em consequência os estatutos passam agora, na íntegra, a ter a

seguinte redacção: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 1º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A “**Associação de Futebol Popular de Barcelos**”  
**(AFPOBAR)** tem por objecto a promoção e divulgação de actividades,  
desportivas, designadamente o futebol nas suas diversas vertentes, desde que  
praticado de forma amadora e não Federado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. A AFPOBAR não tem fins lucrativos e é criada por tempo  
indeterminado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. A sede da AFPOBAR é no Estádio Cidade de Barcelos, Centro  
Empresarial de Barcelos, Rua do Faial (Código Postal: 4750-783 – Barcelos),  
freguesia de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 2º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A AFPOBAR é constituída exclusivamente por pessoas  
colectivas sem fins lucrativos, podendo ser seus associados clubes ou  
equiparados que se dediquem a prática de futebol amador e não federados e  
tenham sede no concelho de Barcelos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Em cada freguesia não poderá haver mais de um associado da  
AFPOBAR, em cada competição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. A admissão de associados compete à Direcção AFPOBAR,  
devendo ser ratificada em Assembleia Geral, está dependente do pagamento de  
uma jóia (cujo montante será fixado em Assembleia Geral). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. As medidas disciplinares aplicadas aos associados, terão como  
limite máximo a suspensão até três anos e serão da competência da Assembleia  
Geral. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. Só terão direito de voto na Assembleia Geral os associados que

308

estejam inscritos nas provas organizadas pela AFPOBAR. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 3º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Constituem receitas da AFPOBAR as jóias, as quotizações anuais dos associados, os subsídios e outros financiamentos provenientes de organismos públicos, bem como donativos e os proventos resultantes de campanhas de angariação de fundos e da organização de competições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. O valor da jóia de inscrição e a quotização anual são fixadas pela Assembleia Geral, mediante propostas da Direcção. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 4º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. São Corpos Sociais da AFPOBAR: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) A Assembleia Geral; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) A Direcção; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) O Conselho Fiscal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 5º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos estatutários e regulamentares e nela reside o poder supremo da AFPOBAR. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Cada associado tem direito a um voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. São competências exclusivas da Assembleia Geral: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Eleger e demitir a Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Apreciar e votar o Plano de Actividades, Orçamento, as Contas e Relatórios referentes a cada exercício; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Apreciar e votar o Regulamento Interno, Regulamento Eleitoral, bem como o Regulamento de Provas; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Deliberar sobre os recursos que lhe sejam submetidos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) Deliberar sobre cada um dos assuntos da ordem de trabalhos de cada sessão (Seja ela de carácter ordinário ou extraordinário); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ f) Deliberar sobre outras matérias que por Lei ou Regulamento lhe devam ser submetidas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e dois secretários. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar e dirigir as sessões da Assembleia Geral, e fazer redigir a acta correspondente a cada sessão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 6. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente duas vezes por ano, para apreciação e votação do Plano Orçamento, Contas e Relatório do exercício. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 7. Quando a Assembleia Geral assim o deliberar, a acta corresponde à sessão poderá ser votada sobre a forma de minuta. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 6º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Assembleia Geral poderá reunir em sessão extraordinária convocada pelo Presidente da Mesa, por propostas da Direcção, por proposta do Conselho Fiscal ou por um grupo de pelo menos um quarto dos associados.

\_\_\_\_\_ **Artigo 7º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Direcção é constituída por: um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal, sendo a associação obrigada pela assinatura conjunta do Presidente e de outro membro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Compete à Direcção a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar. \_\_\_\_\_

48

\_\_\_\_\_ 3. A Direcção pode criar Comissões de Trabalho não executivas no âmbito das finalidades da AFPOBAR. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 8º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Compete ao Conselho Fiscal a fiscalização dos actos administrativos e financeiros da Direcção e o parecer ao Plano e Orçamento, assim como às Contas e Relatórios. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. O Conselho Fiscal reunirá, ordinariamente, um vez por trimestre.

\_\_\_\_\_ 4. Sempre que o Conselho Fiscal o entender, o seu Presidente poderá participar nas reuniões da Direcção, sem, contudo, ter direito de voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. Quando o entender, o Conselho Fiscal pode requerer ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação de reuniões da Assembleia Geral, para discutir e deliberar sobre assuntos da sua competência.

\_\_\_\_\_ Nestes casos, os membros do Conselho Fiscal poderão usar da palavra na Assembleia Geral, sem, contudo, ter direito a voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 9º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Nenhum associado da AFPOBAR pode ter a maioria de elementos em qualquer dos corpos gerentes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. O mandato dos corpos sociais tem a duração de dois anos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Caso um corpo social cesse funções no decurso do mandato, apenas este é substituído por eleição em Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 10º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A dissolução da AFPOBAR poderá ser deliberada pela Assembleia

Geral mediante moção aprovada, pelo menos, por três quartos dos membros associados e onde conste o destino a dar aos bens da associação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artigo 11º** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No que estes Estatutos são omissos e não contrarie a lei, regerão os Regulamentos cuja aprovação e alteração é da competência da Assembleia Gera. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ASSIM O OUTORGARAM.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Promoverei a publicação** desta alteração no respectivo sítio da internet e **comunicarei ao RNPC.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos outorgantes fiz eu, Notário, a leitura deste acto e a explicação do seu conteúdo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Paulo Manuel da Silva Costa* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *João António* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Paulo* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *David Augusto* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *MANUEL ALVES SILVA* \_\_\_\_\_

O Notário: \_\_\_\_\_ *Paulo Manuel da Silva Costa* \_\_\_\_\_

Registada sob o nº 45, cuja respectiva factura se encontra paga.

52